DIÁRIO DE BORDO

MÃO E CONTRAMÃO

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócio

JUNHO FOI um mês pródigo de anúncios relevantes para o agro brasileiro. Logo no comecinho do mês, ficamos sabendo dos resultados do PIB do primeiro trimestre de 2015 em relação ao quarto trimestre de 2014: o do Brasil caiu 0,2%, em boa parte devido às quedas da indústria (-0,3%) e dos serviços (-0,7%). Em compensação, a agropecuária cresceu 4,7%, impedindo uma redução ainda maior do PIB nacional. Se a comparação fosse feita entre os primeiros trimestres do ano passado e deste, veríamos que o PIB nacional encolheu 1,6%, de novo com redução da indústria (-3,0%) e dos serviços (-1,2%), enquanto, mais uma vez, o agro cresceu (+4,0%).

Os dados mostram a importância da economia rural frente à total, e, talvez, no saldo comercial internacional esteja a maior clareza da pujança do campo brasileiro: se considerados os últimos doze meses, as exportações do nosso agronegócio já somam US$ 91,38 bilhões, com um belo superávit de US$ 75,99 bilhões.



Esses números todos, somados aos 30% dos empregos brasileiros gerados pelo agronegócio, não são novidade nenhuma para o setor, mas deve ter sido o argumento esgrimido pela ministra Kátia Abreu junto à presidente da República para obter um Plano Safra (PAP) melhor do que se esperava. Em meio ao ajuste fiscal, que pressupõe contenção de crédito, o volume de recursos destinado ao crédito rural foi 20% maior do que o do ano passado, chegando a R$ 187 bilhões. Os juros ficaram mais altos, como se esperava, e os recursos para investimentos caíram, reflexo do cenário pouco animador para as margens em 2016. Com as barbas de molho, produtores estão impressionados com a alta dos custos, combinada com a queda dos preços das *commodities*.

Pena foi a redução do orçamento para o seguro rural, maior calcanhar de aquiles da renda agrícola brasileira, e para investimentos no Programa ABC, justamente quanto poderíamos mostrar avanços nesta área em dezembro, em Paris, nos discursos da COP-21.

Logo depois, tivemos o anúncio do Plano de Investimentos em Logística (PIL), com recursos da ordem de R$ 200 bilhões, número extremamente significativo, apesar de sua aplicação ser realizada em um grande número de anos à frente e de depender bastante de dinheiro de investidores privados, sobretudo externos, sem falar na burocracia interna, em especial ligada aos licenciamentos ambientais. Mas, é, sem dúvida, uma grande notícia positiva para o agro, cuja carência de infraestrutura e logística é mais do que conhecida. PAP e PIL estão na correta mão de direção.

Outras notícias igualmente importantes animaram o campo brasileiro. O G7 – cúpula dos chefes de Estado e de governo dos Estados Unidos, do Canadá, do Japão, da Alemanha, da França, do Reino Unido e da Itália –, reunido na cidade alemã de Elmau, manifestou a intenção de banir os combustíveis fósseis até 2100. É claro que é ainda uma promessa, uma demonstração de vontade de descarbonizar a economia até o final do século, e os meios para isso não foram definidos. Mas, não deixa de ser interessante, sobretudo para a agroenergia brasileira, tão duramente castigada nos últimos anos por políticas públicas adversas, mostrando que estávamos na contramão do que "sonha" o mundo desenvolvido. ■